

Cooperativa - Ano V - n-44 - Junho de 1980 -

Dep. Jornalistas Povo Hoje

APR 1980

O "país" de Mr. Ludwig

Por NAJAR TUBINO/CACO SCHMITT/ZHÉ NETTO



O velho bilionário chegando no aeroporto de Monte Dourado, acompanhado de banqueiros estrangeiros

Em menos de 12 anos, Daniel Keith Ludwig, norte-americano de 82 anos, um dos homens mais ricos do mundo, montou um país na foz do rio Amazonas. O território oficialmente é de 1 milhão e 600 mil hectares, mas, segundo levantamento do governo, pode chegar a seis milhões de hectares, algo maior que 50 países do mundo. E a sua população já atingiu 60 mil pessoas das quais um terço trabalha para ele. Por enquanto, a atividade principal do país é a produção de celulose.

Esta vasta região na divisa do Pará com o Amapá entrou no seu terceiro reinado. O primeiro começou no fim do século passado com o coronel José Júlio de Andrade. Em 1909, este cearense, ex-seringueiro, assinou um contrato com a empresa Continental Kroup Simens, para fornecer 100 mil toneladas de borracha ao governo da Alemanha. Com o dinheiro foi comprando as posses dos vizinhos e formou um grande latifúndio. Quarenta anos depois vendeu as terras pa-

ra um grupo de portugueses. Inicia o segundo reinado, mas continua a exploração extrativa de castanha e borracha.

Com o terceiro reinado, mr. Ludwig inaugura a industrialização na região. O dono deste país é conhecido como homem simples, gosta de comer banana e toma vodka com leite, e sempre chega de surpresa. Tem fama de pão-duro — andava de caminhão na área — e um dia chegou a ficar brabo porque jogaram fora um velho par de sapatos seu, esquecido na Casa de Hóspedes. Na verdade ele é dono de um império com ramificações em todo o mundo e, para conseguir isto, sempre usou das suas ligações com as companhias petrolíferas — tem a maior frota de petroleiros — e de amizades como as do ex-ditador Anastácio Somoza e o ex-presidente Richard Nixon. Agora, mr. Ludwig se instalou no Brasil, numa região rica em minérios. Alguém acredita que ele só quer implantar um projeto agrícola?



Belém, terça-feira, 25 de setembro de 1979. Escritório do suplente de senador biônico pela Arena do Pará, Octávio Avertano da Rocha. Ele fala como procurador-geral do Projeto Jari:

— Vou consultar a direção em Monte Dourado. Daqui uma semana terei uma resposta. Só pode acontecer duas coisas: ou vocês vão ou não vão.

Macapá, terça-feira, 2 de outubro de 1979. No gabinete do governador do território, recebemos a resposta por telefone:

— Monte Dourado está com problema de acomodações. A visita de vocês não será possível dessa vez — diz a secretária do doutor Avertano.

Monte Dourado, quinta-feira, 18 de outubro de 1979. Estamos na capital do proibido país de mr. Ludwig. Finalmente, depois de dois meses de aproximação, entramos. E vivos.

A viagem começou no norte do Mato Grosso e o Jari era o nosso último objetivo. No caminho, reunimos muitas informações e depoimentos de técnicos do governo sobre o Projeto Jari. Especialmente, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) que pesquisam "a exploração racional da mata", na floresta nacional do Tapajós, em Santarém, e da Vale do Rio Doce que exploram bauxita no Projeto Trombetas, no município de Oriximiná. E em Fordlândia, situada às margens do Rio Tapajós, constatamos o fracasso da primeira tentativa de se criar um grande projeto na Amazônia.

Por mais de um mês, percorremos os órgãos oficiais de Belém e Macapá, pois as terras do Jari ficam parte no Pará e parte no Amapá. Entre eles: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) e Justiça do Trabalho de Macapá. Concluímos duas coisas: há muita desinformação e medo de falar sobre o Jari — uma palavra que assusta.

— **Eu vou ser bem sincero. Não posso dar informações. Brasília não quer que vazem nada sobre o Jari.**

Para comprovar o que havia dito, o executor do Projeto Fundiário do Incra/Macapá, Antônio Serra, levou-nos até sua sala para mostrar o telex com a proibição. Outro exemplo, é o da Assessoria de Planejamento do Amapá. Numa quarta-feira, combinamos pegar o xerox da pesquisa a respeito das condições de vida dos habitantes do rio Jari, feita em 1977 e atualizada o ano passado. No dia seguinte, a negativa:

— **Está proibida a divulgação para a imprensa. Não podemos dar cópia da pesquisa, é ordem do secretário Antero Marques.**

Ainda bem que eles não foram nada eficientes, pois acabamos conseguindo os dados do Incra e uma cópia da pesquisa, na biblioteca da Empresa de Assistência Rural do Território (Aster).

No dia 12 de outubro saímos de Macapá, no barco *Deus é Pai* — um motor de seis hp, 11 metros de comprimento, três de largura —, propriedade do barqueiro Antônio Almeida Moraes, o *Pracaxi*, figura conhecida na região. *Pracaxi* trabalha no ramo há 40 anos, já foi seringueiro, regatão, motorista e isto facilitou o nosso contato com os caboclos e até mesmo com a vigilância do Jari. A viagem durou 16 dias e iniciou pelo município de Mazagão, o maior do Amapá, com 10.276 quilômetros quadrados e onde está localizada toda a terra do Jari no Território.

— **Três cabelos estiveram no cartório, não sei quem são, acho que devem ser extremistas, subversivos, estavam fazendo investigações sobre o Jari. Fizemos uma devassa no cartório, tirando fotografias de tudo.**

Foi este o recado que a responsável pelo cartório de Mazagão, Maria da Glória, transmitiu ao juiz de Macapá, Benjamin Rayol, após a nossa saída do município. Estivemos no cartório apenas para olhar os títulos de terra da empresa e no final quase a Polícia Federal abriu um inquérito sobre o incidente. Isto não aconteceu porque houve a intervenção do juiz:

— O delegado queria fazer uma sin-

dicância, ele ia sair atrás de vocês. Mas eu ponderei e achei melhor esperar os acontecimentos.

Dali seguimos pelo Amazonas até o rio Maracá, onde fizemos a segunda parada, depois de 15 horas de viagem. Aqui é a sede da Agroindustrial do Amapá Ltda., empresa de extração vegetal, agora propriedade do judeu-norte-americano Chaul Rosemblet. Ele é o maior vizinho de mr. Ludwig e pretende fazer um projeto idêntico ao Jari. Um pouco abaixo da sede, no igarapé do Lago, passamos pela fazenda da Agropecuária Rio Cajari S/A, em torno de 400 mil hectares. Mais oito horas de viagem e chegamos na boca do rio Cajari, limite das terras do Jari.

Do Cajari ao rio Jari são mais sete horas, mas aqui já começa o controle de mr. Ludwig sobre a área. Um vigia e três "guardas florestais", sediados em Jarilândia — primeiro povoado no Jari —, percorrem esta distância periodicamente, estendendo ainda o controle até o rio Paru, limite oeste da propriedade.

— **Agora que a Jari abriu. Porque há um ano atrás ninguém entrava na área. Falo isso porque sou pago pelo governo.**

O delegado José Maria Frano, do Beiradão, resume bem a situação. No país de mr. Ludwig só entra quem é convidado. Os indesejados correm o risco de serem presos.

O rio Jari além de ser mais largo do que se imagina — na entrada chega a ter um quilômetro entre as duas margens — é bastante povoado. Nos primeiros 20 quilômetros, até Jarilândia, contamos 32 tapiris, a casa do caboclo, erguida sobre estacas, coberta de palha e aberta nos lados. Depois de Jarilândia, subindo o rio, existe o segundo posto vigia, no lugar chamado Bom Jardim, equipado com rádio e instalado num velho armazém.

Próxima parada: Beiradinha. De um lado, no Pará, está na fábrica de celulose em cima de 1.500 toras de massaranduba e castanheira, duas árvores abundantes na região. Do outro um amontado de casas com extensão de três quilômetros, todo ele sob palafitas. No povoado aconteceu novo incidente. Conversamos com um grupo de 10 estivadores e posteriormente o líder deles, o maranhense José Mariano Vieira, conhecido por Brilhoso, foi chamado pela polícia do Amapá. Os policiais queriam saber o que havíamos falado.

— **Vocês não podem atracar aqui, é proibido. Só com ordem da empresa.**

Não estranhamos a ordem do vigia do porto de Monte Dourado. A empresa mantém 130 homens controlando os pontos estratégicos do projeto. Só não sabemos qual seria a reação deles quando entrássemos na capital. Para nossa surpresa o vigia conhecia o Pracaxi e permitiu que o barco ficasse atracado naquela noite. Além disso, conhecemos vários vigias e inclusive o encarregado do porto fez a foto da equipe junto ao barco.

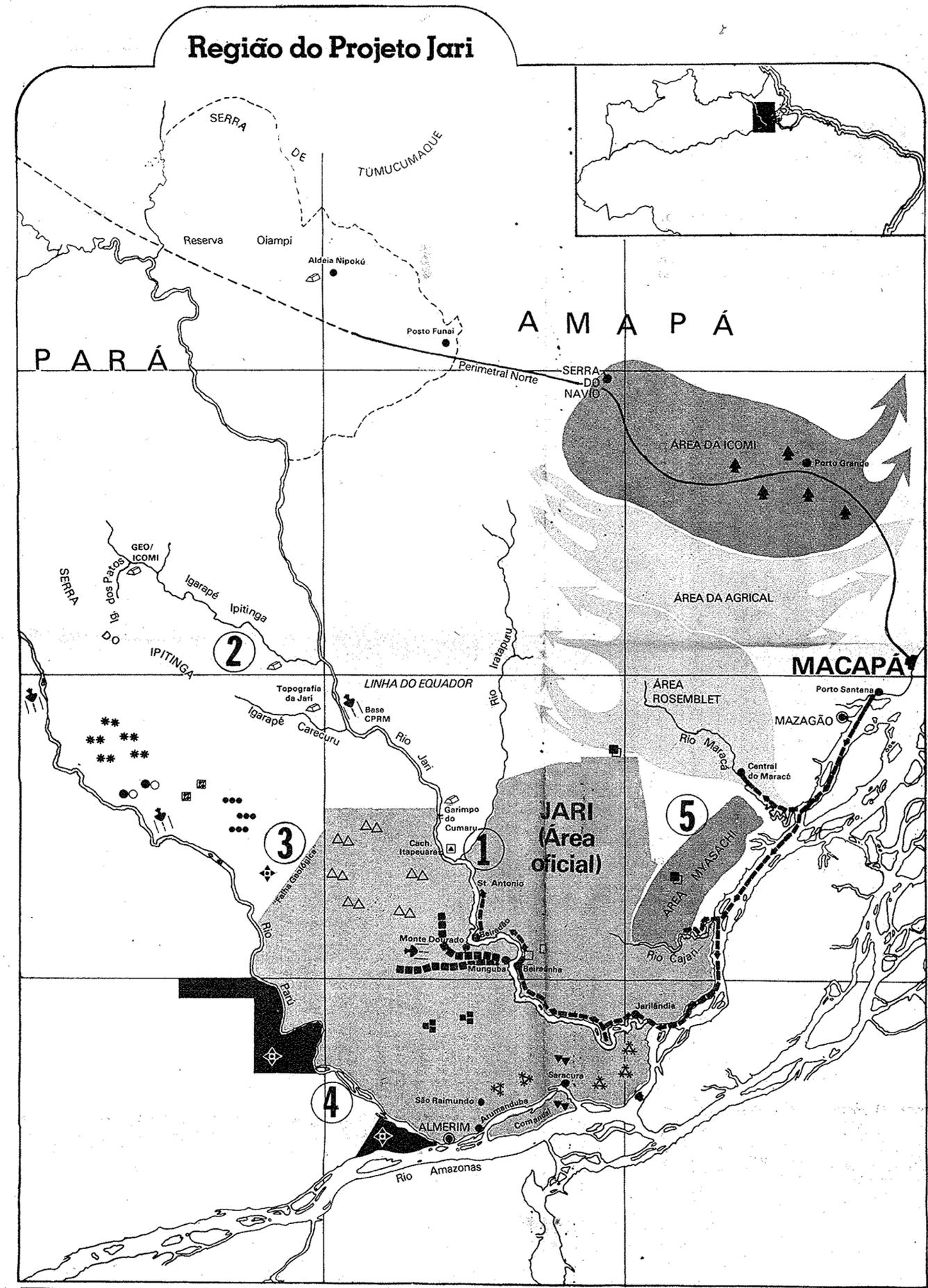
— **Olha, a polícia tá procurando vocês numa caçaria da Jari, com o delegado e quatro praças. Passaram aqui faz uns minutos.**

Encostávamos o barco no Beiradão, uma espécie de favela sobre palafitas situada na frente de Monte Dourado, quando um barqueiro deu o recado. Já tínhamos ido a Cachoeira de Santo Antônio, último povoado do rio. Enquanto entrevistávamos os castanheiros em Santo Antônio a polícia do Beiradão nos procurava. Dois dias antes conversamos com o caboclo, Manoel Cardoso da Silva, morador das proximidades da fábrica. O delegado José Maria Frano buscou-o na sua casa para ele identificar o barco "dos três cabelos".

— **Ah, desculpe eu estar de bermudas, mas aqui é muito calor...**

Quando soubemos da história procuramos o delegado e ele já saiu se desculpendo. Falou que a segurança da Jari havia lhe comunicado da nossa presença e pediu esclarecimentos:

— **Pois é, vocês sabem que aqui é área particular, tivemos que esclarecer o fato. Nós já fomos lá na Cachoeira atrás do barco. Mas não há problema, vocês podem trabalhar. Só vou anotar alguns**



Mapa composto com base na Carta Planimétrica do Radam, na escala 1:250.000 (DNPM, 1973) e usando informações recolhidas ao longo da viagem, da Jari e de órgãos do governo



Os repórteres Najar Tubino, José Netto e Ricardo Schmitt, no porto de Monte Dourado, capital do projeto, fotografados por um vigia da Jari

1

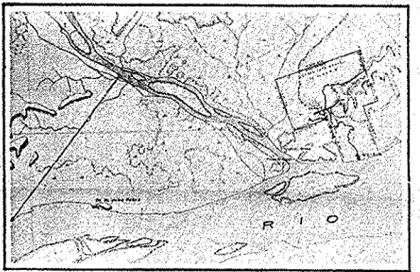
O que mais se fala é que a Jari vai construir uma hidrelétrica na Cachoeira de Santo Antônio. Mas o local exato será na Cachoeira de Itapeuara, poucos quilômetros acima. O projeto já está pronto e encontra-se no Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (Dnaee), órgão do Ministério de Minas e Energia. A pretensão da Jari é construir a hidrelétrica com capital próprio, mas por lei é proibido. A empresa pretende financiar a Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte), pois não existe a prioridade do governo para aquela área. Mesmo assim, 1.600 homens deverão chegar, a partir deste ano, para começar a construção.

2

O Projeto Uirapuru, desenvolvido pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), localizou uma ótima jazida de ouro a menos de 50 quilômetros do limite norte oficial da Jari. Fica na Serra do Ipitinga, entre os igarapés Ipitinga e Carecuru. Lá, os funcionários do governo surpreenderam uma equipe de topografia de mr. Ludwig. A existência de ouro nesta região não é um fato novo. Desde a época do coronel José Júlio de Andrade, primeiro proprietário das terras, se explora ouro no alto rio Jari. Contam que naqueles tempos os garimpeiros colocavam o ouro dentro do cano do fuzil para enganar os jagunços do coronel.

3

Desde o início do projeto, há 12 anos, a Jari vem divulgando diferentes dados a respeito da plantação de gmelina, que serve de base para o empreendimento. Com esta planta se faz celulose, móveis, madeiras laminadas, além de compensados. Em 69, a Jari dizia que plantaria 80 mil hectares, seis anos depois dobrou a área. Hoje o dado oficial é 100 mil hectares, quando na verdade mr. Ludwig já conta com uma plantação de 150 mil hectares e 150 milhões de plantas. E o que é pior: a expansão da plantação está se dando na direção norte e oeste, justamente onde foram encontradas ocorrências de vários minérios.



Na foz do Amazonas a Jari avança por esta ponta do rio Paru e ainda controla a ilha de Comandá, nas proximidades

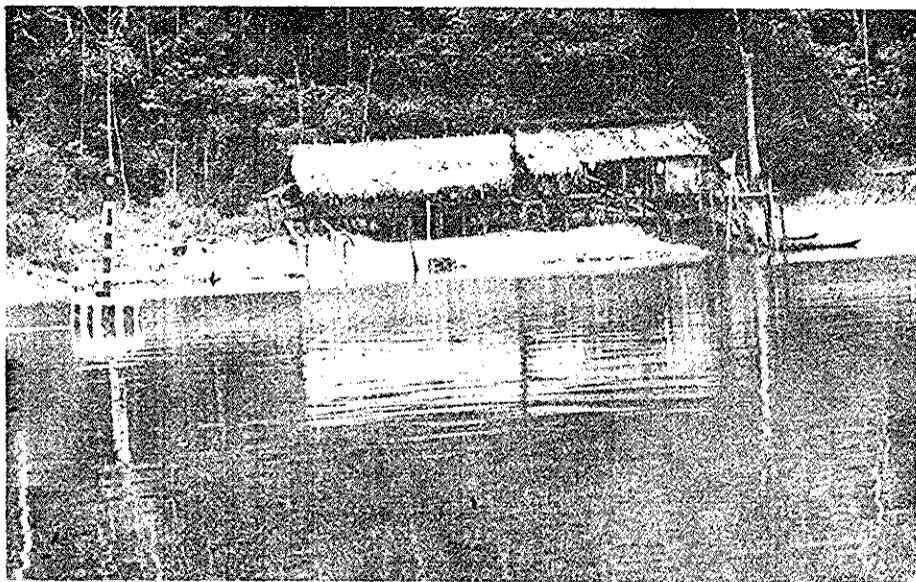
4

O mapa oficial da empresa, contendo a área do projeto, não mostra duas pontas de terra no rio Paru, sendo que uma delas alcança o Amazonas. Em princípio isto pode parecer um detalhe, mas nós acabamos fotografando o mapa na sala da direção, quando fazíamos uma entrevista com o diretor-executivo Luis Antônio Oliveira e o procurador Avertano Rocha. E depois notamos que havia algo diferente, pois as pontas não estavam anotadas no mapa que a empresa nos dera. O pedaço do rio Paru, envolvendo o Amazonas, é estratégico: por ali a Jari pode controlar a seu gosto a foz do rio e, por tabela, a saída para o Oceano Atlântico.

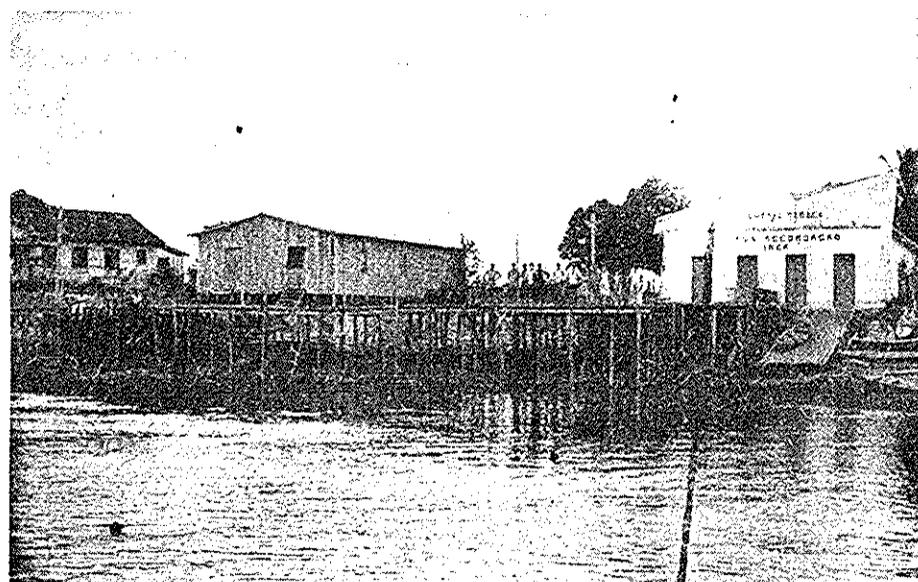
5

Ao lado da Jari existe uma propriedade de 544 mil hectares, pertencente ao americano Chaul Rosemblet. Vai do rio Maracá na direção norte e oeste. Ali perto, no igarapé do Lago, um afluente do Maracá, fica a sede da fazenda do Grupo Myasachi, de criação de búfalos. Ela se aproxima dos 400 mil hectares e se estende até o rio Cajari. A direção da Jari não acredita em superposição de terras, mas a demarcação do americano Rosemblet está parada. Os técnicos do governo discutem isto em Brasília.

| | | | | | |
|--|---------------------------|--|----------------------|--|-----------------------|
| | Aeroporto | | Ferrovia | | Superposição de áreas |
| | Arroz | | Gado | | Titânio |
| | Áreas de Expansão da Jari | | Gmelina | | Pinus da AMCEL |
| | Bauxita | | Hidrelétrica | | Ouro |
| | Caulim | | Minerais Radioativos | | Vanádio |
| | Ferro | | Roteiro de Viagem | | |



Esta é a casa do caboclo, o tapiri. Até agora ele vivia assim



Central do Maracá: a sede oficial do outro americano vizinho de mr. Ludwig

dados das carteiras.

Isto foi no sábado. Na segunda-feira, 22 de outubro, aconteceu um encontro engraçado, quando se realizava a posse oficial do agente da Capitania dos Portos, tenente Nicanor Boichenco. No sábado todos nos procuravam. Dois dias depois encontramos o staff da Jari reunido na cerimônia, incluindo o doutor Avertano da Rocha. Nos apresentamos ao tenente como jornalistas, fomos convidados oficialmente para a posse e aí ele contou:

— Mas eu também estava atrás de vocês. Quando me falaram que tinha uns barbudos e cabeludos na área pensei que fossem os meus federais. Eles também andam assim e de vez em quando visitam a região. Mas fiquei com uma dúvida: se fossem eles, teriam me comunicado...

Na terça-feira, o primeiro contato oficial com a direção da empresa. Durante duas horas e meia entrevistamos o diretor-executivo-adjunto Luiz Antônio Oliveira e o procurador Avertano da Rocha. Nesse encontro acertamos uma visita ao Projeto de Arroz, na localidade de São Raimundo, nas várzeas do Amazonas e um passeio pelo setor florestal. Na verdade, a direção da empresa teve que nos engolir e o procurador chegou a comentar a nossa vinda apesar da negativa:

— E, vocês mostraram que são repórteres, mesmo!

O Projeto Jari está concluindo a sua primeira fase, iniciada em 1967. Basicamente está montado em cima da produção de celulose — e para isso tem uma área de 100 mil hectares, conforme a versão oficial, mas como veremos adiante é de 150 mil. Ao sul, explora atualmente 3.280 hectares de arroz irrigado, mas a previsão é chegar nos 18 mil hectares. Ao lado do Beiradilha, explora caulim, num lugar chamado Morro do Felipe, também usado na fabricação de papel — para sustento do projeto montou uma grande infra-estrutura: criação de 4.500 cabeças de búfalos na Ilha de Comandá, aviário de 120 mil frangos na silvi-vila de São Miguel, 50 quilômetros de ferrovia, quatro mil quilômetros de estradas de rodagem, quatro aeroportos para locomoção nessa enorme área onde vivem 60 mil pessoas, direta ou indiretamente ligadas ao "país" de mr. Ludwig.

— Olha, ele vai chegar amanhã, no primeiro avião, às nove horas.

Os executivos da Jari queriam que a gente fosse embora o mais rápido possível, pois o velho bilionário americano estava para chegar. E ele não gosta de jornalistas. Mas, acabamos recebendo a confirmação na quinta-feira à noite, da filha do próprio Oliveira, a jovem Denise, de 16 anos, na piscina de Monte Dourado. Era importante, pois a única foto tirada dele no projeto data de 73, quando da visita do general Emílio Garrastazu Médici, então presidente. E mr. Ludwig aparecia de lado e de chapéu.

Na sexta-feira, dia 26, ele chegou realmente. No aeroporto, Zé Netto aguardava, dentro de uma kombi alugada. Tirou algumas fotos com teleobjetiva para garantir e depois foi se aproximando do velho. Não demorou muito mr. Ludwig notou, avisou o executivo número um do projeto, Lock Craig, esse passou o recado ao advogado José Moura. Rapidamente, ele partiu para cima do Zé e falou:

— Não bata fotografia de mr. Ludwig, senão vamos lhe tirar a máquina!



Retrato do povo do rio: os seringueiros depois de uma pescaria



A posse na Marinha e o staff perfilado

de toda a Amazônia. Mas os demais pontos cardeais tudo é possível dentro da tese defendida pela empresa dos "limites naturais". Ao norte pode ir até a Guiana Francesa. Basta para isso apenas o reconhecimento de um título de posse de 2 milhões e 400 mil hectares, que leva os domínios além de uma tal "falha geológica", impreciso "limite natural" da propriedade. Para leste, as terras ultrapassam o rio Cajari e, a oeste, fotografamos uma ponta de terra no mapa da sala da direção, em Monte Dourado, que vai além do rio Paru, outro limite natural.

É incrível que depois de tantos levantamentos e estudos realizados nos últimos três anos não se tenha chegado a nenhuma conclusão. Infelizmente, em nossa viagem, concluíamos alguma coisa. Agora é tarde! Mr. Ludwig aproveitou-se dessa longa e ridícula confusão e já implantou seu "país". Considera-se dono do território. Mesmo sem comprovar a posse da terra, montou a infra-estrutura. Mesmo que se prove a falsidade de alguns títulos, perdeu-se muito tempo e ele controla a área. Tudo é seu. Agora, ele ocupa e vigia essa região próxima da estratégica foz do rio Amazonas.

— Daqui de Jarilândia levo sete horas na minha lancha até o recreio do Paru. Gasto 220 litros de gasolina. Até Agua Branca do Cajari dá umas oito horas. Patrulho essa área porque a Jari é muito grande e há muita invasão de terra e roubo de madeira.

Encarregado da Guarda Florestal da Jari sediada em Jarilândia, o vigia José Ciríaco de Oliveira, com dois motores de velocidade, policia os três rios da companhia e um longo percurso do Amazonas. Manda relatórios à Monte Dourado sobre tudo que acontece ao sul do projeto.

Ele, como todos os antigos, lembra que "tudo aqui era do coronel Zé Júlio". É bom saber disso, pois é com essa definição que a terra passou para um grupo de portugueses e mais tarde para mr. Ludwig — que comprou a região antes

TERRA

Um "país" que avança sem controle

O "país" de mr. Ludwig é muito grande!

As distâncias se medem por rios, seus limites avançam em direção à fronteira norte do Brasil; para os lados confundem-se com outras propriedades de estrangeiros e, o mais perigoso, cresce rápido demais. Há 12 anos se discute seu tamanho e não se delimitou efetivamente a área — tem variado de 400 mil hectares a seis milhões, algo assim maior que 50 países do mundo.

O rio que lhe dá o nome nasce na Serra do Tumucumaque, na fronteira de Suriname com a Guiana Francesa. Até o

rio Amazonas ele serve de divisa entre o estado do Pará e o território do Amapá. De seus 600 quilômetros, os primeiros 200 cortam o Projeto Jari bem no meio. No lado do estado, os domínios vão até outro afluente esquerdo do Amazonas: o Paru; no território, as terras avançam até um rio de menor porte, o Cajari, também afluente do Amazonas.

Sabe-se concretamente o limite sul do território justamente por ser o próprio "rio-mar". Nele mr. Ludwig possui uma ilha, a de Comandá, e pode controlar um trecho da principal via de navegação